



Cadernos do **NUPPOME**

ISSN 2596-285X

ano 4, número 12, dezembro de 2022.



UFPEL

NUPPOME

Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória
IFISP - UFPEL

EXPEDIENTE

Cadernos do NUPPOME, Pelotas, ano 4, n.12, dezembro de 2022. ISSN 2596-285X

Imagen de capa

Fotografia do Clarín, 1997. Hebe de Bonafini participa do encerramento da Marcha da Resistência na Plaza de Mayo, em Buenos Aires, Argentina. Imagem disponível em: https://www.clarin.com/fotogalerias/murio-hebe-bonafini-presidente-madres-plaza-mayo-vida-fotos_5_J4nezek3TE.html

A *Cadernos do NUPPOME* é uma publicação quadrienal do Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória disponibilizada em formato eletrônico em: <https://wp.ufpel.edu.br/nuppome/>

Entrevistas, textos e documentos publicados na *Cadernos do NUPPOME* podem ser reproduzidos livremente, desde que referida a fonte. Os conceitos emitidos pelos e pelas autoras dos textos aqui publicados são de sua inteira responsabilidade.

EDITOR

Carlos Artur Gallo | Universidade Federal de Pelotas

CONSELHO EDITORIAL

Andrés Del Río | Universidade Federal Fluminense

Boris Hau | Universidad Alberto Hurtado

Bruno Boti Bernardi | Universidade Federal da Grande Dourados

Bruno Mello Souza | Universidade Estadual do Piauí

Christian Jecov Schallenmüller | Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Eneá de Stutz e Almeida | Universidade de Brasília

Fernando Perlatto | Universidade Federal de Juiz de Fora

Odilon Caldeira Neto | Universidade Federal de Juiz de Fora

Rita Juliana Soares Poloni | Universidade Federal de Pelotas

Tatyana de Amaral Maia | Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Vanessa Dorneles Schinke | Universidade Federal do Pampa

ORGANIZAÇÃO, PREPARAÇÃO E REVISÃO DOS ORIGINAIS

Carlos Artur Gallo

COLABORAÇÃO COM A REVISÃO E/OU SELEÇÃO DE MATERIAL

Isadora Thomazi Mendes | PVIP – UFPEL | NUPPOME

Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória | NUPPOME

Instituto de Filosofia, Sociologia e Política | IFISP

Universidade Federal de Pelotas | UFPEL

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 – 2º Andar – Sala 216 – Pelotas / RS, Brasil.

Contato | nuppome@gmail.com

SUMÁRIO

4	Apresentação
5	NUPPOME Entrevista
	Entrevista com Rodrigo Patto Sá Motta
12	Considerações sobre memória, verdade e justiça
	<i>Preservar é resistir: a importância de salvaguardar lugares de memória,</i>
	por Deborah Neves
24	Novidades sobre memória, verdade e justiça
27	Fontes de pesquisa
28	Memória, verdade e justiça em imagens

APRESENTAÇÃO

Encerrando mais um ano, publicamos o 12º número da *Cadernos do NUPPOME*. Como nas edições anteriores, divulgamos fontes de pesquisa, novidades editoriais e artísticas, assim como publicamos uma entrevista e um texto temático para fomentar a reflexão das/os leitoras/es a respeito de temas relacionados às políticas de memória.

O entrevistado deste número é o professor Rodrigo Patto Sá Motta, uma das principais referências nos estudos sobre a ditadura brasileira. O texto, sobre a preservação de patrimônios sensíveis, foi escrito pela historiadora Deborah Neves. Registrarmos o nosso agradecimento a ambos, por terem contribuído com esta edição da revista.

Feita esta apresentação do 12º número da revista, fazemos dois registros.

Primeiramente, registramos o nosso pesar pelo falecimento de Hebe de Bonafini (1928-2022), uma das fundadoras do movimento *Madres de Plaza de Mayo*, símbolo das lutas por memória, verdade e justiça no Cone Sul. O exemplo de Hebe, e de todas as mães que como ela se dedicaram às lutas por políticas de memória na Argentina, vai, sem dúvidas, seguir inspirando as próximas gerações.

Registrarmos, finalmente, que poucas semanas nos separam da posse e do início do mandato do novo presidente do Brasil. Que tenhamos, todas/os, 4 anos mais tranquilos, de um Governo Federal que respeite aos direitos humanos, contrário ao negacionismo e engajado no fortalecimento da democracia.

Uma vez que a pandemia ainda não terminou: Continuem cuidando-se.

Uma boa leitura a todas/os!

Saudações,
Carlos Artur Gallo
Coordenador do NUPPOME

NUPPOME

ENTREVISTA



Rodrigo Patto Sá Motta

Professor Titular de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Pesquisador do CNPq.

Doutor em História pela USP com Pós-Doutorado pela Universidade de Maryland (EUA), coordenou diversas pesquisas sobre a ditadura no Brasil e publicou livros e artigos sobre o tema.

5

Cadernos do NUPPOME – Você pode nos contar um pouco sobre a sua trajetória acadêmica? Como e quando surgiu o seu interesse por temas de pesquisa vinculados ao período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985)?¹

Rodrigo Patto Sá Motta – O interesse em estudar temas relacionados à ditadura militar surgiu bem cedo, na minha dissertação de mestrado, que é um estudo sobre o Movimento Democrático Brasileiro (MDB, 1966-1979), o partido de oposição à ditadura. A dissertação foi defendida na UFMG, em 1993. Trata-se de um estudo sobre o período da ditadura, mas o foco principal da pesquisa foi a atuação da oposição parlamentar frente à ditadura, e não o Estado autoritário em si. O interesse pelo tema tem relação com minha formação como cidadão e com a atuação política juvenil. Meu batismo político, por assim dizer, se deu nas campanhas pela democracia entre as eleições de 1982 e o movimento Diretas-Já. Eu fiz 18 anos em 1984, e aquela campanha me marcou muito. A luta contra a ditadura e a atuação para construir uma sociedade democrática e menos desigual foram aspectos essenciais da minha juventude e da formação universitária inicial.

¹ Entrevista realizada por Carlos Artur Gallo, em outubro de 2022. Para a publicação, a entrevista foi revisada com o auxílio da estudante Isadora Thomazi Mendes, integrante do NUPPOME.

No caso da tese de doutorado, defendida na USP em 2000 e em seguida publicada como livro (*Em guarda contra o perigo vermelho, o anticomunismo no Brasil*), fiz um recorte de pesquisa começando nos anos 1930 e chegando a 1964, com o propósito de estudar a formação de um imaginário e uma tradição anticomunista que tiveram importante impacto político no Brasil, já que foram essenciais para os golpes de 1937 e 1964. Do ponto de vista teórico, a tese representou uma combinação entre história política clássica (estava interessado em entender o conflito político, a disputa pelo poder, os golpes autoritários no Brasil) e uma abordagem mais culturalista, pois enfoquei o anticomunismo como um fenômeno cultural também, que mobiliza paixões e medos. Então, na tese não entrei propriamente no período da ditadura, mas o estudo ofereceu contribuição importante para entender tanto o golpe de 1964 como a ditadura militar, já que o anticomunismo serviu para mobilizar os apoiadores do golpe e para legitimá-lo, e também para unir os militares e a direita autoritária (parte dos liberais também) em torno de um projeto autoritário. Creio que é um estudo ainda atual, pois contribui para a compreensão da virada à direita que ocorreu desde 2013-2014.

Cadernos do NUPPOME – É possível traçar algum paralelo entre o anticomunismo no passado com o nosso cenário atual? O que persiste, ainda hoje, do imaginário anticomunista? O que mudou?

Rodrigo Patto Sá Motta – O anticomunismo de hoje se nutre das tradições passadas e em grande medida continua se inspirando nas mesmas matrizes básicas que apontei na minha tese de doutorado: o cristianismo, o nacionalismo conservador e o liberalismo. Mas existem diferenças relevantes entre o contexto atual e o imaginário tradicional, sendo um dos temas-chave a combinação complexa entre anticomunismo e antipetismo. Para muitos grupos da direita, o PT representa a reencarnação do tradicional perigo vermelho, embora tal associação é feita de maneira oportunista, pois o partido não é comunista.

Outro ponto importante é que a sensibilidade religiosa conservadora de hoje tem como vanguarda os evangélicos e não mais os católicos (ainda que entre esses sigam atuantes certas alas conservadoras). Ademais, embora continue a culpar a esquerda pelas mudanças comportamentais, a opinião conservadora de hoje se preocupa com (e se mobiliza contra) temas menos presentes em períodos anteriores, como o aborto, as demandas por igualdade de gênero e de respeito à diversidade de opções sexuais.

Outra mudança significativa é que nas mobilizações públicas mais recentes da direita tem sido fraca a presença de elemento chave nas campanhas anticomunistas anteriores: a insurreição de 1935 (“Intentona”). Finalmente, destaco que os argumentos liberais contra o comunismo tornaram-se mais fortes em comparação a momentos passados, o que indica mudanças importantes nos valores de parte da sociedade brasileira. A defesa das virtudes do mercado, acompanhada de críticas ao Estado e a sua suposta ineficiência, sensibilizam a muito mais gente do que em períodos anteriores, mesmo que ainda não sejam valores majoritários entre os brasileiros. O fenômeno do incremento

da influência do liberalismo se revela em dado significativo: a conversão de lideranças militares aos valores de mercado, o que significa uma mudança fundamental em vista de tradições anteriores.

Cadernos do NUPPOME – Com o passar do tempo, você passou a pesquisar o impacto da repressão política nas Universidades durante a ditadura. Como surgiu a ideia desta pesquisa? O que você considera como a principal contribuição da mesma para os estudos sobre a ditadura no Brasil?

Rodrigo Patto Sá Motta – A intenção inicial era estudar a repressão política nas universidades, uma ideia que surgiu ao tomar contato, por volta de 2003-2004, com o arquivo da Assessoria Especial de Segurança e Informações da UFMG. Mas ao conhecer melhor o acervo e o tema, percebi que valia a pena uma pesquisa mais ampla, capaz de esclarecer tanto os aspectos repressivo-autoritários como as iniciativas modernizadoras aplicadas durante a ditadura, aliás duas questões intimamente imbricadas (modernização e repressão). Portanto, decidi fazer uma pesquisa de ampla escala sobre as políticas universitárias da ditadura, considerando também seu impacto e recepção nas universidades, para o que mobilizei diferentes acervos, no Brasil e nos Estados Unidos, e também fontes orais.

Entre as principais contribuições desse livro para a historiografia, vale a pena destacar alguns pontos. Primeiro, o conceito de modernização conservadora (eu prefiro modernização conservadora-autoritária) foi efetivamente aplicado para compreender a dinâmica da ditadura. O conceito é muito usado desde os anos 1960 como referência às políticas da ditadura brasileira, mas raramente inspirou estudos mais detalhados. E no livro *As universidades e o regime militar* procurei mostrar como se deu a modernização autoritária no setor universitário (e também na área científica), que foi um dos mais afetados. Importante destacar que o custo das políticas da ditadura foi elevado, pois houve repressão e censura, e, além disso, o crescimento foi desequilibrado, principalmente do ponto de vista regional. Além disso, a crise econômica ao fim da ditadura deixou as universidades e instituições científicas à míngua. Outra contribuição do livro foi aprofundar o conhecimento sobre o papel das agências norte-americanas na modernização das universidades brasileiras, especialmente, mas não apenas, através da United States Agency for International Development, o que representa um capítulo à parte na guerra cultural travada no Brasil e na América Latina. Finalmente, destaco a contribuição ao debate historiográfico sobre as atitudes sociais frente às ditaduras, que vinha se avolumando na ocasião (o livro foi escrito em 2011 e publicado em 2014). Eu proponho no livro que as principais atitudes e comportamentos em relação à ditadura podem ser resumidas em adesão, resistência e acomodação. A maior novidade é o conceito de acomodação, pensado para entender a zona intermediária entre resistência e adesão, que envolvia pessoas sem disposição para aderir ou para resistir, e que estabeleciam formas de conviver com a ditadura. Acho que é um conceito mais interessante do que “zona cinzenta”, de Pierre Laborie, que, se o comprehendi bem, nomeia situações em que as pessoas ora aderem, ora resistem. Já acomodação seria um

terceiro tipo de atitude, e não a alternância entre os outros dois. Argumentei também que acomodação é um traço da cultura política brasileira, um comportamento recorrente e que tem contribuído para evitar a participação política das classes populares. Noto que desde então vários pesquisadores e mesmo jornalistas têm adotado acomodação como um conceito útil para pensar o Brasil.

Cadernos do NUPPOME – Parte dos estudos sobre cultura política, na Ciência Política, costumam ser realizados por pesquisadores que analisam o tema observando padrões comportamentais em sociedades democráticas. Por qual razão você considerou relevante estudar cultura política e ditadura a partir da historiografia?

Rodrigo Patto Sá Motta – Tratou-se de um desdobramento da minha pesquisa de doutorado, em que fiz um mergulho no universo cultural e político das direitas, em suas diferentes vertentes, ou seja, fascistas, conservadores, nacionalistas autoritários e liberais, grupos heterogêneos que em geral se unem apenas quando lhes parece urgente combater as esquerdas. A pesquisa para entender o anticomunismo me fez perceber a importância e relevância histórica das direitas, que com frequência recorrem ao autoritarismo e a ditadura com o objetivo de evitar mudanças sociais, e, no caso do Brasil, mesmo as propostas de reforma de menor escala. O estudo representou um mergulho de pesquisa fascinante em termos de aprendizado. As pessoas com formação de esquerda, como no meu caso, costumam encarar a direita de maneira superficial e caricata, como se todos nesse campo fossem ignorantes ou manipulados. Na pesquisa descobri um universo mais complexo e sofisticado, composto de valores e ideias arraigadas, e com grande capacidade de mobilização. Não me tornei uma pessoa de direita, mas passei a compreender melhor aquele universo. A propósito, nossas lideranças de esquerda deveriam investir nessa direção também, pois compreender o adversário é essencial para não ser derrotado por ele. Tenho a impressão de que a esquerda em geral subestima a direita e desconsidera a importância de fenômenos como o anticomunismo.

Para entender o universo cultural e intelectual da direita fui buscar suas raízes no século XVIII, por exemplo, li (no fim dos anos 1990) Joseph de Maistre e Edmund Burke. É curioso ver agora as Ciências Sociais, especialmente colegas da Sociologia e da Ciência Política, descobrindo a direita conservadora e desenvolvendo uma pauta de pesquisa sob impacto do quadro político recente.

Os estudos que desenvolvi sobre universidades e ditaduras foram também muito relevantes para a opção por enfocar cultura política e autoritarismo. Para aquele estudo eu acabei desenvolvendo uma reflexão comparativa (não sistemática) com outras ditaduras do Cone Sul, visando entender como agiram em relação aos respectivos sistemas universitários. A percepção de que houve diferenças significativas em relação ao Brasil me estimulou a buscar explicações envolvendo as distintas culturas políticas.

Em suma, como a categoria cultura política nos ajuda a compreender fenômenos arraigados, estruturados, no caso do Brasil me parece indispensável aplicá-la a temas

como o anticomunismo (antiesquerdismo, incluindo o antipetismo) e o autoritarismo. Aliás, o autoritarismo brasileiro está profundamente conectado aos valores antiesquerdistas, o que nem sempre é percebido pelos autores dedicados ao tema.

Cadernos do NUPPOME – Nos últimos anos, você tem participado de uma rede internacional de pesquisadores que se dedica ao estudo das direitas. Pensar as direitas no passado nos ajuda a entender como as mesmas se articulam no presente? Há alguma semelhança entre as direitas pré-1964 e as direitas articuladas no Brasil nos últimos anos?

Rodrigo Patto Sá Motta – Os valores e as pautas dos grupos de direita são essencialmente os mesmos: defender a propriedade privada, a religião, a família tradicional e uma visão de pátria autoritária e conservadora; e atacar as esquerdas com todas as armas à disposição. Claro que existem nuances a distinguir certos segmentos da direita, sendo uma delas que certos grupos aceitam a disputa democrática enquanto outros estão dispostos a recorrer ao autoritarismo e a métodos escusos para combater os adversários. Infelizmente, no caso do Brasil os últimos são com frequência proeminentes, como nos anos recentes e no momento. Creio que ocorreram mudanças em alguns temas e pautas das direitas, e já comentei isso em resposta anterior, falando especificamente do anticomunismo. Mas penso que as principais mudanças no ativismo de direita hoje implicam os meios de divulgação e as estratégias de comunicação. A direita, notadamente os segmentos autoritários e conservadores, foi mais rápida na construção de técnicas e estratégias para uso eficiente das novas mídias, ainda que sejam usados recursos imorais e antiéticos. E o impacto disso tem sido enorme em países como o Brasil, produzindo visível aumento na circulação e influência de valores direitistas. Entre os resultados do ativismo digital da extrema direita está o risco às instituições liberal-democráticas, que podem vir a ser emparedadas por líderes autoritários de direita.

9

Cadernos do NUPPOME – É fato que as pesquisas sobre a ditadura brasileira se intensificaram nas últimas duas décadas, tendo se multiplicado e diversificado (áreas e recortes temáticos) sobretudo a partir de 2010. Qual você considera como sendo uma agenda (um tema) pendente nos estudos sobre a ditadura no país?

Rodrigo Patto Sá Motta – As pesquisas sobre a ditadura realmente se intensificaram nos últimos anos, de modo que podemos falar agora de uma historiografia consolidada sobre o tema, enquanto antes predominavam trabalhos oriundos das ciências sociais, principalmente da ciência política. Mas isso não significa que esse subcampo esteja plenamente constituído, há muito trabalho ainda por fazer e diversos caminhos a explorar, assim como há algumas disputas de interpretação ainda em aberto.

Na minha opinião, já externada em outras entrevistas, existem alguns temas e abordagens em que valeria a pena investir para consolidar e ampliar a historiografia da

ditadura. Um desses temas mencionei em resposta a uma das perguntas anteriores: os comportamentos e atitudes sociais frente à ditadura, cujo estudo é importante para compreender melhor os efeitos das estratégias para conferir popularidade ao Estado autoritário, assim como para dimensionar adequadamente a resistência. Pesquisar os comportamentos e atitudes em relação à ditadura é fundamental para o conhecimento tanto da montagem e funcionamento do Estado autoritário quanto do processo de transição democrática, tema que segue nos desafiando. Além da tríade adesão, acomodação e/ou resistência, há que estudar também os grupos que ficaram indiferentes ou foram excluídos das disputas políticas e, por isso mesmo, não têm memória sobre os anos de ditadura.

Acho que há igualmente necessidade de mais estudos sobre os efeitos da repressão para além do levantamento do número de mortos e desaparecidos (e a localização de seus restos mortais), cuja importância não pretendo reduzir. Mas, há que dimensionar de maneira mais ampla o impacto da repressão, investigando também o número de demitidos e aposentados do serviço público, além de analisar as motivações dos expurgos. Da mesma forma, deve-se estudar mais a repressão em empresas privadas que, com frequência, apoiaram-se nos órgãos de informação para manter sob controle seus trabalhadores.

Acho que precisamos também de mais pesquisas sobre o exílio brasileiro, para compreender melhor o volume e o perfil social dos exilados, além de conhecermos melhor suas atividades no exterior (a atuação política, por exemplo). Por outro lado, há que estudar também o exílio no Brasil de cidadãos dos países vizinhos, notadamente argentinos e uruguaios que buscaram abrigo deste lado da fronteira.

Importante também estudar melhor os contornos dos diferentes grupos (tanto militares como civis) que compunham os aparatos da ditadura e as suas disputas internas, que marcaram a trajetória do Estado autoritário. Disputas internas não apenas por espaços de poder e pela definição ideológica do regime militar, mas também para a escolha das políticas econômicas. Nessa linha poderíamos tentar responder a algumas perguntas, por exemplo, por que a ditadura Pinochet adotou uma política neoliberal radical e o Brasil oscilou entre medidas liberais e o desenvolvimentismo autoritário? Em linhas gerais, pode-se dizer que todas as ditaduras (embora certas forças conservadoras temessem qualquer tipo de mudança) da região almejavam modernização, no sentido de avanços tecnológicos e econômicos que promovessem a aproximação com os países centrais. Mas foram adotados caminhos diferentes para alcançar tais objetivos, cabendo a nós tentar explicar esses processos.

Finalmente, e não menos importante, é necessário estudar mais o impacto da ditadura sobre grupos sociais específicos, como trabalhadores, campões, negros, mulheres e indígenas. Para esses temas já existem ótimos trabalhos, basta dizer que recentemente duas teses de doutorado sobre indígenas na ditadura foram premiadas pela Capes. Mas há muito ainda a pesquisar nesse campo para entender a violência repressiva sobre grupos específicos, assim como suas ações de resistência, que contribuíram para

mudanças de comportamento, de valores e para a conquista de direitos durante o processo de democratização.

Cadernos do NUPPOME – A partir do Golpe de 2016, que destituiu a presidente Dilma Rousseff (2011-2016) do cargo, as políticas de memória no Brasil passaram a ser desarticuladas pelo seu sucessor, o presidente Michel Temer (2016-2018). Quais os desafios para a justiça de transição e para as políticas de memória no atual contexto brasileiro?

Rodrigo Patto Sá Motta – Tendo em vista a guinada à direita que ocorreu desde 2016, com a ascensão de governos de direita e de extrema-direita, sendo que recentemente tem proliferado não só a admiração, mas uma espécie de nostalgia pela ditadura militar, acho que o grande desafio para a justiça de transição e as políticas de memória é voltarem a ter relevância pública e acolhimento por parte do poder público. A vitória de Lula e das forças democráticas em 30 de outubro de 2022 pode produzir o retorno de políticas públicas para esse setor, e a reversão do desmonte promovido pelo governo Bolsonaro na Comissão de Anistia. Mas haverá muitas barreiras a enfrentar, por exemplo, um Congresso Nacional majoritariamente conservador, e uma oposição de ultradireita ativa e barulhenta. Espero que o novo governo Lula não promova uma acomodação com os militares e demais defensores de uma memória favorável à ditadura, pois se tratou de tema chave para a mobilização recente da direita autoritária. Há que organizar políticas de memória e de história da ditadura mais amplas, mais abrangentes, capazes de mostrar ao público a violência e os retrocessos institucionais e sociais produzidos pelo regime militar.

CONSIDERAÇÕES SOBRE MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

PRESERVAR É RESISTIR: A IMPORTÂNCIA DE SALVAGUARDAR LUGARES DE MEMÓRIA



Deborah Neves

Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), realiza pesquisas sobre patrimônio e ditaduras.

Historiadora da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo.

12

Na última década, houve um incremento de pesquisas relacionadas a memórias consideradas “difíceis”, “sensíveis”, “contestadas” ou “negadas”. De um modo geral, estes adjetivos tentam qualificar aquelas memórias que foram excluídas dos grandes temas ensinados nos currículos escolares obrigatórios; temas estes que fazem parte do cotidiano de parte significativa da população brasileira e mundial: a memória de genocídios de populações originárias, a escravização de pessoas pretas, a violência contra a mulher, os processos violentos de colonização, a perseguição política por regimes autoritários e ditaduras, políticas sistemáticas de extermínio de determinados grupos e segmentos sociais por razões de classe, religiosas, étnicas ou ideológicas.

O avanço nas pesquisas demonstra o crescimento do interesse da população por questionar a forma como a História é contada por livros didáticos, governos,

grandes grupos econômicos e formam o senso comum que reforça estereótipos e cria falsas narrativas – como a “democracia racial” brasileira, a “preguiça” de povos originários, a ideia de que se alguém foi preso é porque “algo de errado fez”. Figuras de colonizadores, geralmente homenageadas nomeando ruas, praças, edifícios públicos e com a imagem esculpida em grandes estátuas implantadas em espaços comuns de muitas cidades mundo a fora, passaram do anonimato ou o desprezo por sua presença à contestações expressas por pequenas intervenções artísticas em suas diversas formas, incluindo a derrubada ou substituição por elementos mais afeitos às necessidades do presente.

As reivindicações apresentadas, seja por grupos organizados seja pela pequena indignação individual, têm formas variadas: a remoção do espaço público dos símbolos que remetem à uma valorização de memórias tidas como valorosas, mas que expressam algum tipo de opressão; a construção de políticas públicas de inclusão das múltiplas representações das sociedades em museus, livros didáticos, orçamento, campanhas etc. O campo do patrimônio é também parte deste universo de reivindicação, em que o reconhecimento do Estado cria uma espécie de chancela a lugares que representam parcelas da população historicamente negligenciadas pela História dita oficial, ou que apontem para fatos que, por sua natureza violenta, muitos preferem se esquecer. É o caso de lugares em que violações de Direitos Humanos foram cometidas.

A temática tem sido abordada inclusive em filmes e seriados, que apontam para a necessidade de preservação de memórias dolorosas, impedir o esquecimento também é entendido como forma de reparação. Em 2017, no filme “*Corra!*” (Get Out, Dir. Jordan Peele), que se passa nos Estados Unidos, o protagonista Chris Washington, um jovem negro, faz uma visita para conhecer os pais de sua namorada Rose Armitage, branca. Ao chegar, é conduzido pelo pai de Rose, Dean Armitage, para conhecer a extensa coleção de arte que reúne em sua casa. Dentre os itens, dezenas de máscaras, esculturas, tapeçaria e pinturas oriundas da cultura africana. A cena, que tem duração de poucos minutos, é uma metáfora às coleções presentes em museus de países que tiveram colônias de exploração na África e que expõem itens frutos da apropriação durante o período da exploração colonial. A utilização da cultura material africana por parte da família Armitage é forma de afirmarem um posicionamento “não racista”. Trata-

se de uma crítica ácida a um discurso que não se sustenta nas práticas da família, revelada ao longo da trama, como forma também de provocar museus sobre a origem de suas coleções e a ética em mantê-las acriticamente.

O episódio “*Unwomen*” (Episódio 2, Temporada 2, abril/2018) da série “O Conto da Aia” (*The Handmaid’s Tale*) mostra a protagonista June Osborne recolhendo objetos pessoais de seus colegas de trabalho – fotos, crachás, canecas – que foram assassinados pelo novo governo do território que antes eram os Estados Unidos – agora Gilead – e os reúne em um pequeno altar montado em frente a uma parede cravejada de balas e manchada de sangue. Acende algumas velas e ajoelha-se diante destes objetos, prestando reverência e honra a memória daqueles que foram assassinados pela ditadura fundamentalista religiosa que se instalou. Remete ao que Pierre Nora apontou sobre o “sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas porque estas operações não são naturais”².

Já o filme “*Bacurau*” (2019, Kleber Mendonça Filho) tem uma das cenas mais impactantes sobre a forma de manter presente a recordação de eventos traumáticos. Após uma batalha entre os habitantes de Bacurau e estrangeiros que pagaram para literalmente caçar os moradores, a pequena vila do sertão nordestino, após derrotar os invasores, começa a arrumar os danos causados. Dentre eles, a limpeza do pequeno museu que abriga a memória do povo local, permeado de fotografias, objetos de pessoas que ali viveram e a história da cidade. Um dos invasores foi morto pela resistência dentro deste museu e, antes de cair no chão sem vida, deixou a impressão em sangue de sua mão em uma das paredes. Isa, a diretora do museu, coordenando a limpeza, pede para que tudo seja lavado, exceto aquela mancha de sangue, que deveria ficar ali para que todos se lembressem do que aconteceu naquele dia. A resistência da população de Bacurau está retratada no museu que, caso tivesse sido visitado pelos invasores, que antes se passaram por turistas, saberiam que a parede armas na parede foram artefatos de sobrevivência antes de virarem objeto de exposição. Ignorar o passado do local que pretendiam atacar, tratando a todos

² NORA, Pierra. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. (trad. Yara Aun Khoury). *Revista Projeto História*, n. 10, São Paulo: PUC-SP, dez.1993, p.13.

como presa fácil foi um erro de estratégia; mas é também outra metáfora para o preconceito, a ignorância e a subestimação da atitude do conquistador.

Por fim, a série “*Dahmer*” (2022, Criada por Ryan Murphy e Ian Brennan) é baseada em fatos reais e demonstra como um jovem branco assassinou 17 homens negros e, mesmo diante de seguidas denúncias de seus vizinhos negros, a Polícia foi negligente e até conivente com os crimes cometidos por Jason Dahmer. O prédio de apartamentos onde cometeu os crimes e ocultou vários corpos mutilados de suas vítimas foi desapropriado pela Prefeitura local. Glenda Cleveland, a vizinha que mais fez denúncias à Polícia e foi sistematicamente ignorada, perguntou ao zelador se no lugar do prédio seria construído um memorial “para que as pessoas não se esqueçam das vítimas. Algo que honre a memória delas”. O zelador respondeu que provavelmente será feito um parque no local. Ao fim, o prédio foi demolido e nada foi construído em seu lugar, e nem ao menos uma placa foi colocada no local. Os policiais coniventes com os crimes do psicopata foram condecorados, Dahmer foi preso e posteriormente assassinado na prisão, e o racismo estrutural continua sendo o salvo-conduto para o Estado continuar cometendo crimes contra a população negra nos Estados Unidos. E no Brasil. Ao contrário dos exemplos citados, esta série não trata de um tema ficcional, mas de fatos reais que ocorreram nos anos 1980 em Wisconsin.

Parque. A solução aventada pelo zelador do prédio de Wisconsin não é novidade, mas uma solução que gestores públicos costumam apresentar como forma de sublimar – ou apagar – a dor que lugares onde violências foram cometidas, em geral pelo Estado. Em 1998, o então presidente da Argentina Carlos Ménem anunciou publicamente a intenção de demolir o complexo que abrigava a Escuela Superior de Mecánica de La Armada, a ESMA, o maior centro clandestino de tortura, morte e desaparecimento de opositores políticos da última ditadura argentina (1976-1983). Lá, ao menos 5 mil pessoas foram assassinadas e somente 250 sobreviveram para contar os horrores que viveram. Por meio do Decreto 8/98, Menem cita o “afã por deixar para trás as antinomias”, ou seja, as trata a ESMA como um lugar com distintas interpretações sobre seu significado, e que com o intuito de “expressar plenamente a vontade de conciliação dos argentinos”, determinou ao Ministério da Defesa que fossem realizados os trâmites necessários para que a Esma desocupasse a área com o “único

propósito de gerar um espaço verde de uso público e a instalação de um símbolo da união nacional". Foi necessária a mobilização da sociedade civil em parceria com o Poder Legislativo, acionando o Judiciário para que o Decreto fosse tornado sem efeito. Desde 2008, o complexo encontra-se reconhecido como Monumento Histórico Nacional, o equivalente ao tombamento no Brasil; mas a partir de 2004, durante a presidência de Néstor Kirchner, políticas voltadas tanto à preservação do espaço, reutilização dos edifícios com finalidades de defesa dos direitos humanos quanto de Justiça para punir torturadores têm sido desenvolvidas, ainda que com alguns retrocessos durante a presidência de Maurício Macri (2015-2019)³.

Parque. Outro caso de substituição da memória com a negação da História se deu no Parque da Juventude, na cidade de São Paulo, inaugurado em 2003. Localizado próximo da maior rodoviária do estado, o parque é um complexo que conta, além da área verde, com uma Biblioteca e uma unidade da Escola Técnica Estadual (Etec). O que aos poucos se perde na memória é que ali esteve instalado a Casa de Detenção do Carandiru entre 1956 e 2002, chegando a abrigar 8 mil pessoas em condições que se deterioraram com o passar dos anos e a política de encarceramento. Em outubro de 1992 ficou mundialmente conhecido pelo "Massacre do Carandiru", uma ação da Polícia Militar de São Paulo que seguiu ordens do Poder Executivo para invadir o presídio com a finalidade de encerrar uma rebelião iniciada por detentos no Pavilhão 9. Neste pavilhão, reservado para detentos entre 18 e 25 anos considerados como de "alta periculosidade", ao menos 111 foram assassinados na operação militar, que foi julgada apenas duas décadas depois, com a condenação dos policiais envolvidos; no entanto, a sentença foi anulada e o caso segue sem punição. O pavilhão 9, local do massacre, foi demolido ainda em 2002, antes de qualquer julgamento ser finalizado; restaram em pé apenas o pavilhão 4, dedicado a detentos com problemas de saúde, e o pavilhão 7, voltado principalmente a atividades laborais. Em 2017, numa homenagem contraditória, o parque foi batizado como "Dom Paulo Evaristo Arns", Cardeal de São Paulo e defensor dos

³ Para mais informações sobre este processo, ver NEVES, Deborah Regina Leal. *A persistência do passado: patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires*. São Paulo: Alameda Editorial, 2018 e GUGLIELMUCCI, Ana. *La consagración de la memoria: Una etnografía acerca de la institucionalización del recuerdo sobre los crímenes del terrorismo de Estado en la Argentina*. Buenos Aires: Antropofagia, 2013.

Direitos Humanos que lutou contra a fome, a carestia e a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), sendo um dos principais articuladores do Brasil Nunca Mais. O projeto salvaguardou por meio de fotocópias e microfilmagens milhares de páginas de processos de presos políticos que estavam sendo julgados pela Justiça Militar, com a finalidade de garantir a existência de documentos que provassem os crimes cometidos pelo Estado contra seus cidadãos durante o período de arbítrio. Nomear o parque fruto do apagamento da memória das mesmas violações, portanto, é um gesto contraditório. Apesar de ter sido objeto de pedido de tombamento tanto ao Condephaat em 2002, quanto ao Conpresp em 1997 – órgãos de preservação estadual e municipal de São Paulo, respectivamente – em período anterior à demolição; no Condephaat, o pedido foi arquivado após parecer técnico considerar que “o suporte físico evocativo da memória do lugar já não existe mais”⁴, os remanescentes dos edifícios só foram reconhecidos como patrimônio cultural municipal em 2018⁵. Nas considerações para o tombamento, o Conselho entendeu tratar-se de representação “para a população paulistana e brasileira a memória histórica, triste, mas não menos importante, conhecida como o “massacre do Carandiru”, e que têm a função de perpetuar às gerações futuras, o resultado desastroso desta ação do homem e contribuir para que não se repita”⁶.

A solução Parque tem um verniz de pacificação e conciliação, ocultando o resultado real das ações de demolição que é o apagamento das memórias físicas das barbáries cometidas ao longo da História. Se o apagamento é prática tão desejada em tempos e governos diversos, em diferentes partes do mundo, certamente a preservação deve ser prioridade e instituída como parte de políticas públicas na defesa de direitos humanos e reparação em sociedades que passam por processo de Justiça de Transição. Na região do Mercosul, por exemplo, é somente a partir de 2012 que se instituiu um documento comum que prevê a preservação física de locais de cometimentos de crimes de lesa-humanidade

⁴ MIURA, Priscila. Parecer Técnico UPPH nº GEI-85-2010, in: SÃO PAULO (Estado). Condephaat. Processo 00816/2002.

⁵ Para compreender os processos envolvidos nos pedidos de tombamento, sugere-se a leitura de TRINDADE, Natália Tenca. *Entre atos e processos: Um ensaio etnográfico do fazer memória a partir do processo de tombamento do Complexo do Carandiru*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, 2021.

⁶ SÃO PAULO (Prefeitura). CONPRESP – Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo. Resolução nº38/CONPRESP/2018.

como patrimônio cultural; trata-se do guia para a orientação intitulado “Princípios Fundamentais para as políticas públicas sobre lugares de memória”, elaborado pelo Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos (IPPDH) e ratificado pelos estados-parte há dez anos, em dezembro de 2012. Nele, os lugares de memória são entendidos como evidência do cometimento de crimes e meio de conhecer o ocorrido (Direito à verdade), como suporte de memória coletiva e medida de reparação simbólica e compromisso de não-repetição que se firma por meio da promoção de processos de reforma institucional. Assim, destacamos dois itens dentre diretrizes construídas para garantir a perpetuação destes lugares no tempo e no espaço:

9. Os Estados devem adotar decisões judiciais, legais, administrativas, ou de qualquer outra natureza que forem necessárias para garantir a preservação física dos lugares onde se cometeram graves violações aos direitos humanos. As mesmas poderão contemplar a implementação de medidas físicas, técnicas e jurídicas a fim de poder **evitar a destruição ou alteração de tais prédios**, assim como estudos técnicos, restrições no uso e/ou acesso, deveres de informação e/ou consulta prévia, designação de depositários ou fiadores, previsão de sanções entre outras.

(...)

17. A aplicação das instâncias de **patrimônio cultural, histórico ou similares** aos lugares onde se cometeram graves violações aos direitos humanos **pode ser uma ferramenta eficaz para garantir a preservação desses locais**. Para esse fim é recomendável revisar e, em seu caso, adequar a normativa geral vigente sobre estas figuras aos presentes princípios.⁷

18

Este documento aponta que, de forma comum aos estados-parte do Mercosul, uma das formas mais eficazes de garantir a integridade do lugar de memória é o reconhecimento como patrimônio cultural, especialmente amparado por instrumentos jurídicos que restrinjam a intervenção indiscriminada nos edifícios. Trataremos de três casos com a finalidade de demonstrar a necessidade do tombamento como forma de acautelamento e também as disputas em torno destes lugares, que pouco ou nenhum valor têm para a história da arquitetura, mas por meio da arquitetura contam histórias que devem ser conhecidas e referenciar as políticas públicas de combate à tortura e o autoritarismo como prática sistemática do Estado brasileiro.

⁷ INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIREITOS HUMANOS DO MERCOSUL (IPPDH). *Princípios Fundamentais para as políticas públicas sobre lugares de memória*. Buenos Aires, 2012, p.22-23. Disponível em: https://www.ippdh.mercosur.int/wp-content/uploads/2014/11/Sitios_de_memoria_FINAL_PR_INTERACTIVO.pdf, acesso em 06 dez. 2022, grifo nosso.

O primeiro deles é o imóvel que ficou conhecido como “Casa da Morte”, localizada na cidade de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro. Utilizada como centro clandestino de detenção, tortura e assassinato durante a Ditadura Civil-Militar, a Casa da Morte tem esse nome porque possivelmente apenas uma única pessoa saiu de lá com vida: Inês Etienne Romeu, que apresentou sua denúncia de tortura por membros do Doi-Codi I Exército à Ordem dos Advogados do Brasil em 1979. Seu relato ganhou ainda mais força quando a Comissão Nacional da Verdade (CNV) ouviu o depoimento de Paulo Malhães, Coronel do Exército que confirmou a existência da Casa da Morte e as práticas ali narradas por Romeu. Em virtude de sua importância, em 2012 o Prefeito de Petrópolis Paulo Mustrengi assinou Decreto declarando a Utilidade Pública do imóvel com a finalidade de ali instalar um Centro de Memória.

Em 21/11/2016, subsidiado por estudos técnicos realizados no âmbito da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis, o Conselho Municipal de Tombamento do Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico de Petrópolis decidiu pelo tombamento do imóvel. O proprietário do imóvel, Renato Firmento de Noronha, sempre se manifestou contrariamente à declaração de utilidade pública e contrariamente ao tombamento, alegando o valor afetivo que possui pelo imóvel adquirido em 1979, a sua “descaracterização” que retiraria a “originalidade” e, por fim, o descrédito ao testemunho de Inês Etienne Romeu⁸. Com as mudanças estruturais na política brasileira a partir do Golpe de 2016, as políticas de memória relativas à ditadura, construídas desde a Constituinte de 1988, a administração municipal de Petrópolis não deu prosseguimento ao processo de desapropriação, cujo decreto tem validade legal de 5 anos e o tombamento foi cancelado judicialmente – primeiro pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro – em virtude de não ter atingido a necessária maioria absoluta de votos, mas apenas a maioria simples. A sentença do Superior Tribunal de Justiça confirmou a decisão da instância inferior em 2021 e a Prefeitura de Petrópolis não recorreu da decisão.

⁸ Ver: GROSSI, Diego; SCHIFFLER NETO, Roberto. A Casa da Morte de Petrópolis: A importância da (re)construção de uma memória além da “Cidade Imperial” para a consolidação democrática. *Revista Acesso Livre*, n.2, jul./dez. 2014, e RIBEIRO, Jonatan da Silva. Uma batalha por memória, verdade e justiça. A Casa da Morte em Petrópolis e seus grupos de memória. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, [S. I.], v.7, n.7, p. 831–849, 2021.

O segundo caso de disputa fundiária envolve também um imóvel privado, na cidade de Porto Alegre, conhecido como “Dopinha”, sede de um dos primeiros centros clandestinos de detenção instalados após o Golpe de 1964. O local ficou conhecido em função da descoberta do corpo do Sargento Manoel Raimundo Soares, à beira do Rio Guaíba. O militar do Exército havia sido seqüestrado pelo Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul e torturado no imóvel alugado pela Polícia Civil, posteriormente transferido para a “Ilha do Presídio, em que desapareceu. O funcionamento do aparato clandestino foi curto, de apenas alguns meses em 1966. Em função de seu inegável valor, foi classificado como um bem inventariado de estruturação – que reconhece o valor de identidade estruturante da paisagem e, portanto, impede sua demolição – e objeto de parceria entre União, Estado e Município para que ali fosse instalado um Centro de Memória sobre a Ditadura Civil-Militar. Tal parceria previa a desapropriação do imóvel por parte do Estado com pagamento conjunto da indenização por parte tanto do Estado quanto do Município, utilizando o mecanismo da Transferência do Potencial Construtivo, um mecanismo de compensação fiscal para proprietários de imóveis tombados. Após manifestação favorável do Conselho do Patrimônio Histórico Cultural (Compahc), o Prefeito José Fortunati homologou o tombamento, mas a ausência de publicação do fato em Diário Oficial tornou a decisão sem efeito⁹. Corre desde 2017 um processo de tombamento junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), mas o andamento tem sido prejudicado por imposição de restrições por parte da Superintendência Regional, que alega que pareceres técnicos se pautam por “ideologia” e que não há interesse arquitetônico no bem, ou mesmo pelo requerimento de documentação para obstruir a deliberação. Nesse intervalo, o proprietário privado procedeu a modificações no imóvel – como a instalação de uma piscina no quintal – e chegou a anunciar a casa como local para aluguel temporário para turistas em plataformas de intermediação de aluguel¹⁰.

⁹ Ver CUSTÓDIO, Jacqueline. *Dopinho, entre evocar e apagar: as disputas de memória relativas ao Dops/RS*. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021.

¹⁰ Ver ROMAGNA, Duda. Site de aluguel retira do ar anúncio de imóvel que abrigou o Dopinha. Sul 21. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2022/08/site-de-aluguel-retira-do-ar-anuncio-de-imovel-que-abrigou-o-dopinha/>, acesso em 06 dez. 2022.

Porto Alegre repete Petrópolis quando aspectos de procedimento legal que não discutem o valor histórico do lugar de memória foram determinantes para inviabilizar a criação de equipamento voltado para o debate, o ensino e a reflexão das violações produzidas pelo Estado. O resultado é um apagamento simbólico – não necessariamente físico como no caso do Carandiru – que promove o mesmo efeito da demolição. Além de objeto de disputa pela memória e, sobretudo pela História, o destino dos lugares de memória continua a ser controlado pelo Estado mesmo quando o imóvel é privado.

Por fim, o último caso a ser analisado sob a perspectiva da preservação de lugares de memória difícil é Doi-Codi II Exército, na cidade de São Paulo. Nascido originalmente em 1969 como Operação Bandeirantes, em setembro de 1970 o órgão clandestino formado por servidores das diversas forças de repressão foi institucionalizado na estrutura do Exército como Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna, o Doi-Codi. Esse órgão, nascido no interior do Comando do Sudeste, próximo ao Parque do Ibirapuera, foi instalado ainda em 1969 em ao menos metade da 36^a Delegacia de Polícia e em um edifício anexo, cuja atividade clandestina envolveu a investigação, perseguição, sequestro, detenção, tortura de ao menos 7 mil pessoas e o assassinato de pelo menos 52, entre 1969 e 1983. O modelo de atuação foi replicado em outras 9 capitais e os métodos de tortura aperfeiçoados ainda são utilizados pelas Polícias no Brasil.

Em 2010, entidades de defesa de direitos humanos requereram ao Condephaat o tombamento do complexo de edifícios; numa atuação alinhada aos mais avançados conceitos de preservação do patrimônio cultural, participação da sociedade e das diretrizes de políticas públicas de memória e verdade, o corpo técnico da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico conduziu pesquisas documentais, investigação nos edifícios, visitas técnicas com sobreviventes e apresentou, após três anos de estudos, proposta de tombamento que é referência para outros órgãos na preservação de lugares de memória. O texto da Resolução SC-25 de 12/05/2014 expressa que o tombamento é parte de uma política mais ampla de reparação construída pelo Estado brasileiro e paulista ao longo de três décadas. O debate proposto pela Conselheira Silvana Rubino em seu voto é bastante claro ao indicar que o Condephaat deve estimular que o conjunto deve ser convertido em um Memorial com a finalidade de tornar de

conhecimento amplo e público o que ali ocorreu. Esta é uma reivindicação histórica de ex-presos e familiares de perseguidos e desaparecidos políticos que começou a ganhar contornos mais contundentes a partir de março de 2018 com a criação do Grupo de Trabalho Memorial Doi-Codi no âmbito da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo¹¹.

O GT Memorial Doi-Codi reúne membros de representações da sociedade civil organizada, universidades e órgãos públicos para construir um Memorial de forma plural e democrática, na contramão da atuação do próprio Doi-Codi. Após quatro anos de trabalhos de articulação, construção de projetos de pesquisa, estabelecimento de rotina de visitas mediadas e debates teóricos sobre qual a melhor forma institucional e também de contar esta parte da história, vislumbra-se no horizonte a possibilidade de criação do Memorial. No entanto, o processo não foi linear e ainda há resistências das mais distintas na consecução deste objetivo coletivo; em primeiro lugar, não houve interesse do Governo do Estado em atender ao pedido da sociedade civil e as orientações técnicas para a implantação do Memorial, o que resultou na abertura de uma Ação Civil Pública de obrigação de fazer em junho de 2021, que foi acolhida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Na primeira audiência de conciliação em setembro de 2021, o Estado argumentou que já há o Memorial da Resistência instalado no antigo Deops e que por isso não há a necessidade de implantar outro equipamento desta natureza; alegou ainda a possibilidade de questionamento do Tribunal de Contas do Estado por conta disso – e não há lastro nesta alegação – e por fim a insuficiência de recursos para tal. Propôs a instalação de academia de treinamento da Polícia Civil no local, sem apresentar detalhamento para esta ideia. O processo foi suspenso, com a previsão de proposta de acordo para encerrar a Ação na ocasião. Caminha-se, neste momento, para a possibilidade de um acordo entre o Ministério Público de São Paulo e o Governo do Estado a partir de uma proposta que foi originalmente construída com os membros do GT Memorial Doi-Codi, mas sofreu modificações ao longo dos debates.

De toda forma, ainda que não um acordo ideal, esta experiência se mostra a mais bem-sucedida e que mais se aproxima das diretrizes do documento do IPPDH, em especial a um dos desenhos institucionais diagnosticados:

22

¹¹ NEVES, Deborah. DOI-CODI II exército: a experiência de preservação de um patrimônio sensível. *Revista Contenciosa*, v. 1, p. 2-20, 2018.

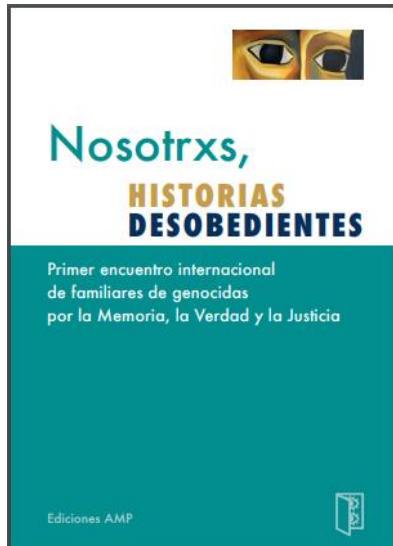
Lugares de memória que fazem parte da estrutura estatal, ainda que possuam uma administração autônoma, o que permite incorporar diversos graus de independência em relação às agendas dos governos. Estes espaços são normalmente administrados por órgãos mistos, onde participam instituições de diferentes níveis do Estado com organizações sociais, universidades etc. (...) se trata de um modelo de administração mais ambicioso e complexo, pois requer processos de negociação e tomada de decisões mais lentas, mas que pode resultar interessante ao integrar organismos públicos com representantes de diferentes setores da sociedade.

A título de conclusão, se a preservação da memória não é natural, sempre será um campo de disputas e de necessário tensionamento para que o patrimônio represente não apenas aquilo que se chancela como uma narrativa oficial e desejável. A História é a ciência que estuda as relações humanas no tempo e no espaço, portanto, impossível de fazê-lo sem considerar as múltiplas vozes que constituem as sociedades e as inúmeras contradições inerentes à condição humana. Mas essa tampouco é uma operação natural.

NOVIDADES

SOBRE MEMÓRIA,

VERDADE E JUSTIÇA



Nosotrxs, historias desobedientes

Historias Desobedientes (Org.)

Buenos Aires: Ediciones AMP, 2020.

Neste livro, organizado pelo coletivo Historias Desobedientes, filhas e filhos de agentes da repressão das ditaduras no Cone Sul compartilham suas histórias de vida, relatando como foi lidar com a descoberta de que seus pais fizeram parte da repressão, cometendo crimes em nome dos regimes autoritários que existiram na região. A obra coletiva foi organizada a partir do 1º encontro internacional de familiares de genocidas, realizado em 2018.

24

“Tenho o prazer de informar o Senhor Director...” Cartas de portugueses à PIDE (1958-1968)

Duncan Simpson

Lisboa: Book Builders, 2022.

Nesta obra, o autor, pesquisador destacado sobre a ditadura do Estado Novo em Portugal, analisa as complexas relações de cooperação estabelecidas entre a PIDE, polícia política do regime, e parte da população, que colaborou com a mesma ou se beneficiou dessa proximidade.

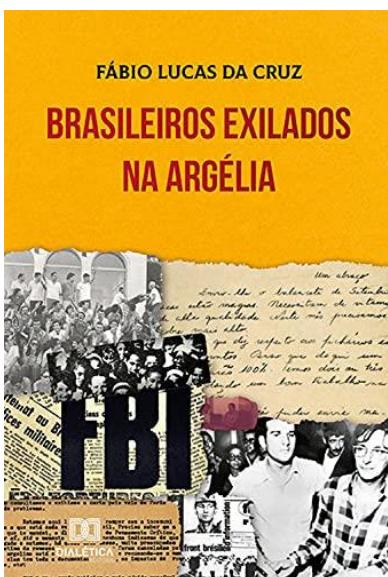


Inteligência e Segurança Nacional no Brasil pós-1964: a Comunidade de Informações

Aloysio Castelo de Carvalho

Curitiba: Appris, 2021.

Neste livro, o autor analisa o impacto da ditadura na Comunidade de Informações. Ganham destaque, nesse sentido, tanto o papel do Serviço Nacional de Informações (SNI) assim como do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi).



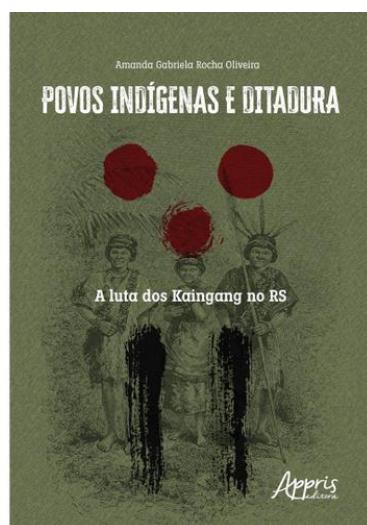
Brasileiros exilados na Argélia

Fábio Lucas da Cruz

São Paulo: Dialética, 2021.

Versão adaptada da tese defendida pelo autor na USP, aborda a trajetória de brasileiros exilados na Argélia. Conforme a análise do autor, a articulação de exilados no país foi fundamental para a criação de uma rede de colaboração de brasileiros no exterior, tendo recebido, entre outros, o ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes.

25

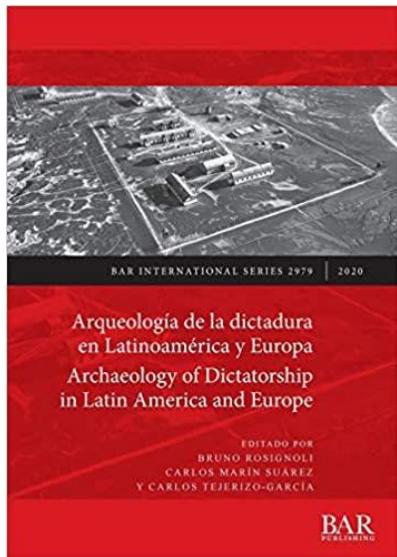


Povos indígenas e ditadura: a luta dos Kaingang no RS

Amanda Gabriela Rocha Oliveira

Curitiba: Appris, 2021.

Versão adaptada da dissertação defendida pela autora na UFRGS, a obra amplia o foco das análises para outros grupos sociais afetados pela ditadura, caso dos povos indígenas. Em sua pesquisa, a autora demonstra como os Kaingang articularam sua resistência perante a ditadura.



Arqueología de la dictadura en Latinoamérica y Europa

Bruno Rosignoli, Carlos Marín Suárez e Carlos Tejerizo-García (Org.)

Oxford: BAR, 2020.

Organizada numa conjuntura marcada pela ascensão de governos de direita e de extrema direita na América Latina e na Europa, a coletânea reúne análises que refletem sobre os limites e desafios da arqueologia da ditadura no presente.



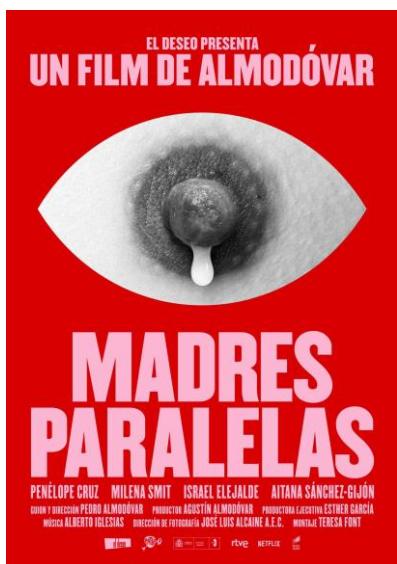
Memórias reveladas da UFSC durante a ditadura civil-militar

Jean-Marie Farines, Laura Tuyama e Marli Auras (Org.)

Florianópolis: Editora da UFSC, 2021.

Obra que tem como objetivo central evidenciar o impacto da ditadura na UFSC, reunindo relatos e documentos compilados durante os trabalhos da Comissão Memória e Verdade da UFSC.

26



Madres Paralelas

Um filme dirigido por Pedro Almodóvar.

Espanha, 2021.

Neste filme, a história de duas mulheres é atravessada por um drama que envolve desde a troca de bebês na maternidade até as lembranças de uma das personagens, cuja história familiar remete ao período da Guerra Civil e às lutas por memória, verdade e justiça na Espanha.

FONTES DE PESQUISA

JUICIOS DE LESA HUMANIDAD EN TIEMPO REAL

O site *Juicios de lesa humanidad en tiempo real* foi criado no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Nação, vinculada ao Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos da Argentina. Trata-se de uma base de dados virtual que compila informações sobre os julgamentos que estão sendo realizados no país pelos crimes de lesa humanidade cometidos pelo Estado argentino durante a ditadura. O objetivo do portal é “[...] contribuir para mostrar, comunicar e impulsivar o desenvolvimento do processo de Memória, Verdade e Justiça” (tradução nossa). No site, é possível verificar, entre outros dados, quantas causas estão encerradas ou em andamento, quantas pessoas foram processadas e condenadas, os tipos de crimes que foram investigados e a duração média dos julgamentos.

Disponível em: [http://www.juicosdelesahumanidad.ar/index.php#!/](http://www.juiciosdelesahumanidad.ar/index.php#!/)

27



Fonte: Imagem da página inicial do site.

MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA EM IMAGENS

50 ANOS DO DESAPARECIMENTO DE LUIZ EURICO TEJERA LISBÔA

Em setembro de 1972, agentes da repressão assassinaram, em São Paulo, Luiz Eurico Tejera Lisbôa. Seu cadáver foi enterrado com nome falso no Cemitério de Perus, e, em 1979, sua viúva, Suzana Keniger Lisbôa, encontrou seus restos mortais. Luiz Eurico foi o primeiro desaparecido político da ditadura brasileira a ter os seus restos mortais recuperados. Desde o início da ditadura, Luiz Eurico foi perseguido por sua oposição ao regime autoritário. Militante da Juventude Estudantil Católica (JEC) atuante no movimento estudantil em Porto Alegre, Luiz Eurico foi detido pelo DOPS diversas vezes. Após um período de treinamento em Cuba, voltou para o Brasil e passou a integrar a VAR-Palmares, e, finalmente, a Ação Libertadora Nacional (ALN). Passados 50 anos de seu assassinato, os envolvidos seguem impunes.

28



Fonte: fotografias da exposição “Ausências”, de Gustavo Germano. Na imagem da esquerda, Suzana, sua mãe e Luiz Eurico em 1969, no dia de seu casamento. Na imagem da direita, Suzana e sua mãe repetem a cena em 2012.



UFPEL



APOIO

